

ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Emily Flores^I

Rodrigo Véliz Estrada^{II}

Günther Richter Mros^{III}

A Política Externa Brasileira na Guerra Fria latino-americana: o golpe de Estado na Guatemala em 1954

Brazilian Foreign Policy in the Latin American Cold War: the 1954 Guatemalan Coup d'état.

RESUMO:



Este artigo busca compreender a atuação da diplomacia brasileira diante do golpe de Estado na Guatemala em 1954. A pesquisa procura responder à seguinte questão central: como e por que o governo de Getúlio Vargas, no contexto da Guerra Fria, apoiou o golpe na Guatemala em 1954? O objetivo principal do artigo é analisar por que a delegação brasileira participou dos esforços de legitimação da intervenção, no âmbito da Organização dos Estados Americanos e do Conselho de Segurança da ONU. Ainda, o artigo aborda brevemente o cenário político interno do Brasil no Segundo Governo Vargas (1951-1954), caracterizado por tensões entre forças nacionalistas e conservadoras, além das pressões da Guerra Fria que reforçavam o combate ao comunismo. Examina-se também a conjuntura guatemalteca, marcada pela chamada primavera democrática, pelas reformas sociais e pela reforma agrária implementada por Arbenz, que acirraram a oposição das elites locais e dos interesses norte-americanos na região. Do ponto de vista metodológico, o trabalho se baseia em uma abordagem documental e exploratória, apoiada em fontes primárias, como telegramas, resoluções e discursos diplomáticos, bem como na bibliografia especializada. Os resultados indicam que a posição brasileira diante do golpe refletiu um alinhamento preferencial com os Estados Unidos, ainda que com nuances de pragmatismo e barganhas econômicas, e ao custo de apoiar a derrubada de um governo legitimamente eleito.



Palavras-chave: Golpe na Guatemala (1954); Política Externa Brasileira; Relações Brasil-Estados Unidos; Guerra Fria



ABSTRACT:

This paper seeks to understand the role of Brazilian diplomacy during the 1954 coup d'état in Guatemala. The research addresses the following central question: how and why did the government of Getúlio Vargas, in the context of the Cold War, support the overthrow of Jacobo Arbenz in 1954? The main objective is to analyze why the Brazilian delegation participated in the efforts to legitimize the intervention within the framework of the Organization of American States and the United Nations Security Council. The article also briefly examines the domestic political scenario in Brazil under Vargas's second administration (1951-1954), marked by tensions between nationalist and conservative forces, as well as Cold War pressures that reinforced the anti-communist agenda. In parallel, it discusses the Guatemalan context, defined by the so-called democratic spring, social reforms, and the agrarian reform implemented by Arbenz, which intensified the opposition of local elites and U.S. interests in the region. Methodologically, the study adopts a documentary and exploratory approach, drawing on primary sources such as telegrams, resolutions, and diplomatic speeches, in addition to specialized bibliography. The findings suggest that Brazil's stance toward the coup reflected a preferential alignment with the United States, albeit with nuances of pragmatism and economic bargaining, and at the cost of endorsing the overthrow of a legitimately elected government.

Keywords: Guatemalan Coup (1954); Brazilian Foreign Policy; Brazil-United States relations; Cold War

^I Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil.
emilyflores@gmail.com,  <https://orcid.org/0009-0007-5680-7910>

^{II} Doutor em História pelo Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social; Pesquisador, Freie Universität Berlin , Berlin, Alemanha.
rodjvelz@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-6140-1436>

^{III} Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Maria; Professor, Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil.
gunther.mros@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-1111-0956>

INTRODUCTION

O final da Segunda Guerra Mundial promoveu o ímpeto de mudanças democráticas no continente latino-americano e caribenho. Permitiu, portanto, uma breve guinada à esquerda na vida política, social e econômica dos países da América Latina e Caribe. Essa inflexão se seguiu até os anos 1946 ou 1947, e, a partir daí, ocorreu um enrijecimento, com exceção da Guatemala, onde a chamada primavera democrática persistiu até o golpe de 1954¹ (Pettinà, 2018). Sublinha-se que “de 1954 em diante, todas as ações políticas – a favor ou contra o *status quo* – foram demarcadas conforme as prioridades da Guerra Fria” (Grandin, 2004, p. 19).

Assim sendo, é notável que, na Guerra Fria, para além da imagem bipolar Leste *versus* Oeste, ou Estados Unidos *versus* União Soviética, o processo era mais complexo. “Os diferentes países associados a cada um dos blocos possuíam interesses distintos e não atuavam de forma homogênea” (Munhoz, 2020, p. 187). Pettinà (2018) reflete que a extensa literatura acerca da Guerra Fria acaba, por vezes, a deixar os atores latino-americanos como secundários e as relações inter-americanas marginalizadas². Essas dinâmicas podem ser observadas, sobretudo, no ambiente diplomático. No caso da Guatemala, “(...) ocorreria um choque de alcance continental (Conferência de Caracas) e

com eco global (Reunião Especial do Conselho de Segurança da ONU)” (Taracena; Véliz, 2024, p. 17).

Este artigo, portanto, tem como objetivo central compreender qual foi o envolvimento do Brasil no golpe de Estado na Guatemala em 1954, especificamente o papel da diplomacia brasileira na Guerra Fria latino-americana. A pergunta que decorreu à pesquisa é esta: como e por que o governo de Getúlio Vargas, no contexto da Guerra Fria, apoiou o golpe na Guatemala em 1954? Quanto aos aportes metodológicos, o trabalho se baseia em uma abordagem documental e exploratória, tendo como base a pesquisa em fontes primárias (documentos oficiais, telegramas, cartas, resoluções, jornais, tratados internacionais) e bibliografias (artigos acadêmicos, teses, livros). Considera-se como relevante pontuar as questões que orientam a estrutura do artigo: as principais diretrizes da política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954); a Reforma Agrária de 1952; o monopólio da *United Fruit Company*; os momentos da Operação *PBSUCCESS*, organizada pela *CIA* e, concomitantemente, os esforços diplomáticos no Conselho de Segurança das Nações Unidas e na Organização dos Estados Americanos sobre a questão guatemalteca.

Além disso, utiliza-se como marco teórico o trabalho de Bethell e Roxborough (1996). Estes autores afirmam que o período pós-Segunda Guerra Mundial no continente latino-americano pode

ser entendido em duas fases. A primeira começa por volta do ano de 1944, sendo

(...) caracterizada por três fenômenos distintos, mas inter-relacionados: democratização, tendência à esquerda e militância trabalhista. Pela primeira vez alguns movimentos e partidos políticos “progressistas” chegaram ao poder e articularam com sucesso as demandas da classe média urbana e dos trabalhadores por mudanças políticas, sociais e econômicas (Bethell; Roxborough, 1996, p. 18).

Aqui, a guinada à esquerda foi observada na Guatemala com a Revolução de Outubro de 1944, onde a derrocada do ditador Jorge Ubico y Castañeda (1878-1946) e do general Federico Ponce Vaidés (1889-1956) no dia 20 de outubro abriu espaço para as reformas sociais implementadas pelo presidente Juan José Arévalo Bermejo (1904-1990), como a criação do código trabalhista em 1947. Denota-se, aqui, que esse fator já desagradava os interesses das empresas estrangeiras, em especial da *United Fruit Company (UFCO)*, de monopólio estadunidense (Baptista, 2013, p. 83).

Na segunda fase do pós-Segunda Guerra Mundial, iniciada por volta de 1946, o enfraquecimento do avanço democrático era notável. Arbenz, eleito em 1951, mas já engajado politicamente desde a Revolução de 1944, causava inquietações ao propor a reforma agrária.

Em 1944, quase não havia sindicatos. Em 1954, nada menos que trezentos mil trabalhadores estavam inscritos nos cerca de dois mil sindicatos rurais e urbanos: constituindo mais de 60% do conjunto do eleitorado em 1950, o sindicalismo organizado passou a deter, subitamente, um poder político decisivo (Grandin, 2004, p. 26).

Entrementes, enquanto os principais objetivos dos Estados Unidos eram de ampliar as exportações para a Europa, defasada pós-guerra, e promover investimentos privados para a América Latina, o Brasil estruturou sua política externa a partir de três eixos fundamentais: o alinhamento preferencial com os Estados Unidos, a busca por maior projeção internacional e a consolidação de um modelo de desenvolvimento econômico associado ao ideário do desenvolvimentismo, este subjugado às relações primário-exportadora latino-americanas e centro norte-americano industrializado (Cervo, 2001).

Assim, a política externa do Segundo Governo Vargas teve como premissa dois aspectos centrais: no que tange às relações econômicas, estas deveriam contribuir para o desenvolvimento econômico brasileiro e, sobre as relações política e militar, deveriam alinhar-se aos “princípios de solidariedade do mundo ocidental” (Hirst, 1990, p. 48). Boersner (1996) assinala que diferentemente de outras regiões da América Latina, a situação na América Central era marcada pela

“proximidade do centro político hemisférico dominante e do canal interoceânico do Panamá” (Boersner, 1996, p. 190, tradução nossa). É nesse quadro que se insere a percepção brasileira em relação à Guatemala. Para a diplomacia brasileira, profundamente marcada pelo sentimento do anticomunismo, as subseqüentes reformas trazidas por Arévalo e Arbenz eram indícios de alinhamento com Moscou (Ávila, 2022).

AS TRANSFORMAÇÕES DA GUATEMALA NA ESTEIRA DA GUERRA FRIA

O ano de 1944 foi um marco na história da Guatemala. Em 20 de outubro consolidou-se, enfim, a derrocada da ditadura de treze anos de **Jorge Ubico**³ e do general Federico Ponce Vaidés. Os militares reformistas, a classe média emergente e os estudantes e professores se juntaram em tom uníssono para protestar (Grandin, 2004). Formou-se, então, uma junta diretiva, composta por Jorge Toriello, Jacobo Arbenz e Francisco Javier Arana, que governaria o país até a eleição de Juan José Arévalo, em 1945 (Baptista, 2013).

Arévalo assumia a presidência de um país pobre, cercado de uma elite latifundiária poderosa e marcado por interesses estrangeiros nas plantações de banana, sobretudo da empresa

norte-americana *United Fruit Company (UFCO)*. A partir desse cenário, o presidente iniciou, gradativamente, a implementação de algumas reformas sociais, a exemplo do Código Trabalhista de 1947 (Pettinà, 2018).

Apesar do Código Trabalhista de 1947 ter oferecido proteção plena para os grandes empreendedores, somente, Arévalo “garantiu o direito sindical e de greve (posto que também o restringisse), protegeu contra as demissões arbitrárias, impôs a semana de 48 horas, regulamentou o trabalho infantil e das mulheres e fixou normas de salubridade e segurança no local de trabalho” (Grandin, 2004, p. 24).

Ainda assim, o programa de reformas enfrentou dificuldades fundamentalmente no campo, onde os latifundiários guatemaltecos e a *UFCO* mantinham total controle sobre as terras. A reforma agrária somente se tornaria realidade quando o Ministro da Defesa de Arévalo, Jacobo Arbenz, subiria ao cargo presidencial, em 1950. As eleições possibilitaram um projeto de reforma agrária que “liberaria o camponês guatemalteco da opressão feudal imutável desde a época colonial” (Boersner, 1996, p. 191).

O Decreto nº 900 assinado por Arbenz em 17 de junho de 1952 consolidou a Reforma Agrária, que, por um lado, foi “a terceira e a mais profunda mudança empreendida desde a revolução de 1944” (Bandeira, 2009, p. 170), onde foram in-

trozidas importantes reformas sociais, acabou, do outro lado, por despertar o enrijecimento do anticomunismo imbuído na incipiente Guerra Fria: “(...) enquanto o governo Arbenz executasse o programa de reformas, a campanha anticomunista contra a Guatemala prosseguiria, mesmo se todos os comunistas lá fossem, de alguma forma, eliminados” (Bandeira, 2009, p. 171).

Os principais pilares da Reforma Agrária, preconizados no Artigo 3º eram:

- a) Desenvolver a economia camponesa capitalista e a economia capitalista da agricultura em geral;
- b) Fornecer terras aos camponeses, trabalhadores rurais e trabalhadores agrícolas que não possuem terras, ou que possuem muito poucas;
- c) Facilitar o investimento de novos capitais na agricultura por meio do arrendamento capitalista de terras nacionalizadas;
- d) Introduzir novas formas de cultivo, fornecendo, especialmente aos camponeses menos abastados, gado de trabalho, fertilizantes, sementes e a assistência técnica necessária; e
- e) Aumentar o crédito agrícola para todos os camponeses e agricultores capitalistas em geral (Guatemala, 1952, tradução nossa)⁴.

O foco de Arbenz estava em constituir o nacionalismo econômico e a distribuição de renda no país do istmo como alternativa para resolver o atraso da Guatemala, que vivia quase sob regime

feudal⁵ à época. A Reforma Agrária efervesceu os ânimos da *United Fruit Company (UFCO)*, que desde os anos finais do século XIX⁶ e início do século XX marcou sua sobrepujança no país, onde “(...) adquiriu vastas extensões de terras estatais (...) e o Estado apenas observava, indiferente às fusões e aquisições que intensificavam o controle estrangeiro sobre a economia” (Gleijeses, 1989, p. 29, tradução nossa).

Embora a lei atingisse outros grandes proprietários de terras, a companhia estadunidense foi a mais afetada, pois era a maior proprietária de terras do país, controlando cerca de 222.577 hectares no Atlântico e Pacífico. Em março de 1953, por exemplo, 84.932 hectares de terras ociosas foram desapropriadas (Kinzer; Schlesinger, 1982). É importante denotar, aqui, que a “*UFCO* sempre deixou grandes extensões de suas terras sem cultivo (em 1953, 85% de suas terras estavam ociosas); cultivava-se apenas a quantidade de bananas que podia ser vendida no exterior” (Kinzer; Schlesinger, 1982, p. 75, tradução nossa).

A mensagem de Arbenz para o Congresso em março de 1954 já relatava a possibilidade de intervenção nos assuntos internos do país, mas o que não se sabia é que a intervenção armada culminaria na sua deposição, que acometeria o país pouco tempo mais tarde:

O caráter essencial da situação internacional com relação à Guatemala é que, como conse-

quência da reforma agrária e do desenvolvimento social no país, nós enfrentamos uma crescente ameaça de intervenção estrangeira nos assuntos internos da Guatemala, pondo em perigo a estabilidade de nossa vida constitucional e a integridade de nossa independência nacional. (...) A fonte das controvérsias políticas, especialmente durante 1953, foi a questão agrária. (...) Por algum tempo nossas medidas estiveram em conflito com as políticas de grandes consórcios estrangeiros que formam os ciclos dominantes em alguns países, principalmente os Estados Unidos. (...) A explicação está nas medidas progressistas e na aplicação do Código de Trabalho para todas as companhias, incluindo a *United Fruit Company*. (...) Enquanto nós não nos submetemos à *United Fruit Company* e alguns outros afetados pela reforma agrária, eles vão continuar tentando recuperar as terras que a soberania popular expropriou legitimamente, para o benefício da nação e dos camponeses (Kinzer; Schlesinger, 1982, p. 77, tradução nossa).

Apesar da questão da *United Fruit Company* não ter sido unânime para a arquitetura do golpe, ela é digna de menção, pois auxiliava a narrativa de que o governo Arbenz era uma ameaça à liberdade e precisava ser derrubado. No contexto dos anos 1950, o nacionalismo por si só já era vislumbrado como um perigo hostil para o hemisfério. Diversos países da América Latina “reforçaram seu nacionalismo, cujas raízes se localizam em interpretações negativas da presença e da ação nor-

te-americana na região” (Cervo, 2001, p. 130). Para o *hegemon*, “a identificação do nacionalismo com o comunismo tornara-se a melhor forma de desarticular qualquer forma de mobilização regional” (Hirst, 1990, p. 3), e assim o fez. Pettinà (2018) afirma que

assim como aconteceu com Calderón e Picado na Costa Rica, e como aconteceria em Cuba com Castro, para o nacionalismo de Arbenz, o comunismo também representava um recurso ideológico e político crucial para a execução do profundo processo de reformas do país, cujo ponto central, como vimos, era a reforma agrária (Pettinà, 2018, p. 86, tradução nossa).

Ao se deflagrarem no radar das reformas de Arbenz, as ditaduras que governavam os países centro-americanos estremeceram: estas reformas poderiam servir como inspiração revolucionária em seus respectivos países. Desde 1952 os ditadores “Juan Manuel Gálvez em Honduras, Marcos Pérez Jiménez na Venezuela, Anastasio Somoza na Nicarágua e o ditador dominicano Rafael Trujillo, começaram a se movimentar para derrubar o governo de Arbenz” (Pettinà, 2018, p. 87, tradução nossa), que se concretizaria, contudo, somente dois anos depois.⁷

O BRASIL FRENTE AO GOLPE DE ESTADO NA GUATEMALA

A pressão que a *United Fruit Company* estabeleceu em Washington, somada à “(...) proeminência que os comunistas guatemaltecos adquiriram no âmbito do processo de transformação do país” (Pettinà, 2018, p. 88) contribuíram para que o terreno da intervenção fosse fertilizado. Ainda que Jacobo Arbenz tenha se filiado somente anos mais tarde ao *Partido Guatemalteco del Trabajo (PGT)*, ao contrário do ex-presidente Arévalo, não fazia ressalvas de que os comunistas participassem do seu governo: “ao buscar assessores e técnicos competentes, Arbenz decidiu não rejeitar aqueles que tivessem inclinação socialista e pudessem ter vínculos diretos ou indiretos com o pequeno *Partido Guatemalteco del Trabajo*” (Boersner, 1996, p. 191, tradução nossa), como foi o caso de José Manuel Fortuny, Victor Manuel Gutierrez e Carlos Manuel Pellecer, que auxiliaram no esboço do projeto de Reforma Agrária.

Aqui, “a peça principal da visão de modernização democrática do PGT foi a criação dos Comitês Agrários Locais ou CALs, incluídos na lei de reforma agrária por iniciativa do PGT” (Grandin, 2004, p. 31). Instâncias comunitárias encarregadas de receber as reivindicações dos camponeses sem terra, avaliar a distribuição das propriedades e supervisionar a execução das medidas de expropria-

ção, os CALs possibilitaram que milhares de trabalhadores rurais se inserissem em um processo político de participação, constituindo uma rede de poder popular em áreas historicamente dominadas pela oligarquia fundiária. Entrementes, a atuação do PGT foi fundamental para consolidar o caráter social e democrático da Reforma Agrária, ao mesmo tempo em que alimentou o temor das elites locais e de Washington quanto ao avanço da influência comunista na América Central.

Portanto, Cullather (1994) afirma que

para os observadores da CIA, a reforma agrária parecia uma arma poderosa para a expansão da influência comunista. O Decreto 900 enfraqueceria o poder dos latifundiários conservadores, ao mesmo tempo que radicalizaria a maioria camponesa e solidificaria seu apoio a Arbenz e aos ativistas do PGT, que lideravam grupos de camponeses em apropriações de terras. Se a reforma agrária fosse bem-sucedida, milhares de pequenos agricultores ficariam devendo suas terras e seu sustento à influência do PGT (p. 16, tradução nossa).

Assim, essas duas principais questões levaram

os Estados Unidos a apoiarem integralmente os esforços dos contrarrevolucionários guatemaltecos para derrubar o governo constitucional. Os serviços secretos americanos e o Pentágono começaram a treinar ativamente as tropas do

Coronel Carlos Castillo Armas, guatemalteco de extrema direita exilado em Honduras, juntamente com outros contrarrevolucionários (Boersner, 1996, p. 192, tradução nossa).

A Operação *PBSUCCESS* orquestrada pela CIA combinaria ações psicológicas, econômicas, diplomáticas e paramilitares. Concomitantemente à ação encoberta, seria necessário buscar a aprovação coletiva dos Estados americanos: mais do que isso, fazia-se urgente convencer os demais países de que a Guatemala estaria sendo cabeça-de-ponte para o imperialismo soviético no hemisfério ocidental (Bethell; Roxborough, 1996). A X Conferência Interamericana, realizada entre 1º e 28 de março de 1954 em Caracas, foi a oportunidade perfeita para “criar um clima internacional favorável à intervenção contra Arbenz” (Bandeira, 2009, p. 178), ao passo que, ao isolar regional e internacionalmente a Guatemala na OEA, evitar-se-ia futuros danos à diplomacia norte-americana, bem como ao Departamento de Estado (Baptista, 2013).

É imprescindível, aqui, lembrar que durante a segunda metade da década de 1940, consolidou-se um arcabouço jurídico-político interamericano que visava adequar o hemisfério ao novo contexto da Guerra Fria. A Doutrina Truman, proclamada em 1947, marcou a posição dos Estados Unidos em conter a expansão comunista por meio de apoio político, econômico e militar a países alia-

dos. No mesmo ano em que anunciava-se o Plano Marshall para reconstrução da Europa, acontecia a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, em Petrópolis, Rio de Janeiro. Aqui, foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), “(...) possibilitando o passo inicial do sistema norte-americano de alianças do pós-guerra para contenção do comunismo.” (Cervo, 2001, p. 112). Lá, estabeleceu-se a defesa coletiva em caso de agressão externa contra qualquer Estado do continente, inserindo, assim, a lógica da bipolaridade no sistema interamericano.

Neste contexto, surge a Organização dos Estados Americanos (OEA), fundamentada na IX Conferência Internacional dos Estados Americanos em Bogotá (30 de março a 2 de maio de 1948). Este foi o espaço onde a crescente hostilidade norte-americana ao comunismo na América Latina tomou forma: “os Estados Unidos buscavam que o “sistema interamericano” condenasse qualquer interferência do “comunismo internacional” nos países do hemisfério” (Boersner, 1996, p. 191, tradução nossa).

A reunião punha em xeque que a simples existência de partidos comunistas na América Latina representaria uma ameaça à segurança hemisférica (Bethell; Roxborough, 1996). Na Resolução 32 do Ato Final da conferência, intitulado como “A

preservação e defesa da democracia na América”, se declarava

que, por sua natureza antidemocrática e sua tendência intervencionista, a atividade política do comunismo internacional ou de qualquer doutrina totalitária é incompatível com o conceito de liberdade americana, que se baseia em dois postulados inegáveis: a dignidade do homem como indivíduo e a soberania da nação como Estado (Bogotá, 1948, tradução nossa)⁸.

Dois anos depois, em 1950, após eclodir a Guerra da Coreia, os Estados Unidos convidaram os Estados latino-americanos a se juntarem na realização de uma reunião de consulta para tratar, novamente, da segurança hemisférica, com o intuito de utilizar a América Latina como instrumento de legitimação da guerra. Poucos meses mais tarde, estava posta a IV Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores de 1951.

Aqui, o empenho brasileiro em cooperar com a boa e velha amizade dos norte-americanos já se fazia presente. Antes mesmo da reunião, esperava-se que as negociações bilaterais com os Estados Unidos se aprimorassem. As expectativas eram de que houvesse

a liberação do crédito pedido ao Eximbank e ao Banco Internacional para a implantação de indústrias básicas e obras públicas; um especial incentivo do governo Truman ao investimento

privado norte-americano no Brasil; e a suspensão das restrições norte-americanas ao preço do café; ao passo que o Brasil oferecia a exportação de materiais estratégicos - principalmente manganês e areias monazíticas (...) é neste contexto que se somaram aos entendimentos de venda de materiais estratégicos as conversações para o envio de tropas brasileiras à Coreia (Hirst, 1990. p. 7).

João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores em exercício de 1951 a 1953, afirmava, em seu discurso na sessão inaugural da IV Reunião: “encontramo-nos hoje animados dos mesmos sentimentos de fraternidade, tantas vezes postos à prova, na mesma corrente de ideias democráticas, que constituem o fundamento do sistema continental” (Washington, 1951)⁹.

Ademais, a resolução da reunião imbuía a todos os países que tomassem medidas preventivas anticomunistas:

4) Que, conscientes da unidade de seus propósitos e levando em conta o conteúdo da Resolução VI da Segunda Reunião de Consulta de Havana e da Resolução XXXII da IX Conferência Internacional dos Estados Americanos de Bogotá, cada uma das Repúblicas Americanas examine suas próprias leis e regulamentos e adote as modificações que considere necessárias para assegurar que as atividades subversivas dos agentes do comunismo internacional, dirigidas contra cada uma delas, possam

ser adequadamente prevenidas e sancionadas (Washington, 1951)¹⁰.

Isto legitimou, na prática, que os países utilizassem carta branca na adoção de estratégias repressivas por regimes autoritários e governos conservadores no continente. Assim, sob a justificativa da luta anticomunista, instaurou-se um clima de perseguição política, no qual muitos opositores classificados como alinhados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) eram, na realidade, democratas de esquerda comprometidos com reformas sociais e a defesa de maior autonomia econômica. A política externa norte-americana, sobretudo a partir de 1953, consolidava a visão de que o comunismo representava uma ameaça global homogênea, especialmente nas regiões periféricas (Pettinà, 2018).

Na Conferência de Caracas, os Estados Unidos visavam estabelecer o direito de intervenção da OEA nos assuntos internos de países que estivessem perpetrados pelo comunismo, de forma a modificar o texto do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que, em seu Artigo 6º, destacava:

se a inviolabilidade ou integridade do território ou a soberania ou independência política de qualquer Estado americano forem afetadas por uma agressão que não seja um ataque armado, ou por um conflito extracontinental ou intracontinental, ou por qualquer outro evento ou

situação que possa pôr em perigo a paz da América, o Órgão de Consulta reunir-se-á imediatamente para acordar as medidas que deverão ser tomadas em caso de agressão para ajudar a parte atacada ou, em qualquer caso, aquelas que deverão ser tomadas para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança no Continente (Rio de Janeiro, 1947, tradução nossa)¹¹.

Não haveria nenhuma condenação legal sob a égide da OEA, portanto, de que ideologias totalitárias domésticas seriam um perigo para o bem comum hemisférico. Seria necessário corrigir essa falha, pois, segundo os estrategistas norte-americanos, “(...) um partido comunista local ou elementos comunistas, doutrinariamente, respondem ao Partido Comunista da União Soviética” (Baptista, 2013, p. 94). O objetivo dos Estados Unidos era de, caso aceito o argumento, acionar os dispositivos de segurança coletiva preconizados na Conferência de Chapultepec de 1945.

Este não seria, contudo, um objetivo simples de ser alcançado. Carentes de um Plano Marshall para a América Latina, muitos países defenderiam “a tese de que o comunismo se combate por meio do fortalecimento econômico dos países latino-americanos, preferencialmente, com ajuda de empréstimos do governo norte-americano” (Baptista, 2013, p. 95). O Brasil, à época, já recebia grandes empréstimos dos Estados Unidos e gostaria de uma declaração daquele go-

verno favorável ao café. Teria de haver cálculos políticos e barganhas estratégicas, e, nisso, o Itamaraty fez questão de empenhar-se.

Conforme já observado, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência em 1950, o alvo da política externa brasileira compunha duas ênfases: “(...) seu caráter nacionalista e a expectativa de obter uma maior cooperação econômica do governo norte-americano” (Hirst, 1990, p. 6), sendo necessário, dessa forma, romper com a baixa prioridade em que o Brasil estava inserido até então. Isto repercutia, por vezes, em uma certa dubiedade de caráter governamental, haja vista que “de um lado o presidente acenava ao movimento sindical com a indicação de João Goulart na pasta do trabalho; de outro, procurava atrair forças conservadoras com a indicação de Vicente Ráo para o posto de chanceler” (Baptista, 2013, p. 90).

No plano interno da classe política brasileira, não haveria grandes interesses pela América Latina, e, “na realidade incorporava-se a visão do próprio governo norte-americano, que percebia os esforços de integração regional como uma ameaça à estabilidade do sistema interamericano” (Hirst, 1990, p. 25). Getúlio Vargas, em almoço de confraternização das Forças Armadas no dia 5 de janeiro de 1952, discursava, bradando a amizade:

(...) a nossa tradição histórica e os nossos interesses políticos e econômicos nos movem hoje, como nos moveram sempre, a uma polí-

tica de estreita colaboração com os Estados Unidos da América. E isto reforça, tornando mais fácil, a nossa política de cooperação e amizade com os outros países da América (Rio de Janeiro, 1952)¹².

Entretanto, “enquanto os Estados Unidos (...) estavam mais preocupados com a defesa do hemisfério, o Brasil via a necessidade de desenvolvimento da América Latina como meio de se evitar a agressão interna, vale dizer, a revolução” (Cervo, 2001). Nesse sentido, é criterioso lançar o olhar sobre a reforma ministerial de Vargas, em 1953, que deve ser compreendida não apenas como uma reorganização administrativa, mas também como uma manobra estratégica que respingou tanto na política doméstica quanto externa. Internamente, o Brasil vivia os efeitos de um período de intensa política anticomunista, que se iniciara ainda no final da década de 1940, com o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética e a repressão sistemática ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e às atividades de Luiz Carlos Prestes. Aqui, Vargas angariou a manutenção do apoio das elites políticas e militares, de forma a criar um ambiente no qual poderia retornar ao poder com respaldo social e político significativo (Ávila, 2022).

A reforma ministerial refletiu, enfim, essas preocupações: buscou-se fortalecer ministérios estratégicos ligados à economia, energia e infraestrutura, mas também consolidar a presença de li-

deranças políticas alinhadas com posições anticomunistas para compor as forças políticas do governo. Além disso, fez com que o regime getulista se aproximasse da União Democrática Nacional (UDN) e de outros partidos de centro-direita. O primeiro chanceler de Vargas, João Neves da Fontoura, seguia fielmente às disposições norte-americanas da Guerra Fria: “a solução da cooperação econômica adaptava-se perfeitamente às premissas mais globais do conflito Leste-Oeste” (Hirst, 1990. p. 48). É sintomático que Vicente Ráo¹³, que passou a comandar o Ministério das Relações Exteriores, era um simpatizante udenista. Ao assumir a chancelaria, Ráo alinhou a política externa brasileira com princípios anticomunistas e de aproximação com o bloco ocidental, demonstrada pela questão da Guatemala, ao mesmo tempo em que mediava a relação entre a administração varguista e a oposição representada pela UDN (Ávila, 2022).

Nesse contexto, Raul Bopp, Embaixador brasileiro na Guatemala (1952-1954), alegou, convicto, em uma reunião preliminar para a X Conferência de Caracas, junto aos países membros da OEA, no Rio de Janeiro, que

(...) pela brecha nacionalista passaram os germes soviéticos, habilmente cultivados na atmosfera oficial. Os comunistas tomaram a dianteira, identificando-se com as causas populares, e dessa forma a caudal nacionalista, com raízes na revolução de 1944, se foi aos poucos

desviando do seu sentido original (AHMRE-BR, 1953 *apud* Baptista, 2013, p. 96)

No dia 13 de fevereiro de 1954, as primeiras instruções brasileiras para a Conferência foram anunciadas. Vicente Ráo, porém, julgava que não convinha

discutir em Caracas casos específicos deste ou daquele país, pois tal discussão pode importar em intervenção dos negócios internos desses Estados. Não há dúvida de que a infiltração comunista é sensivelmente mais forte em certos países americanos, mas não é lícito dizer que qualquer deles se acha sob controle soviético ou sujeito a uma ditadura comunista (AHMRE-BR, 1954 *apud* Baptista, 2013, p. 100).

Ainda assim, fazia-se necessário utilizar a X Conferência Interamericana como base jurídica de apoio à intervenção. Na sessão plenária do dia 4 de março, John Foster Dulles, Secretário de Estado dos Estados Unidos, negava-se a discutir qualquer outro assunto que não fosse o comunismo, e assim o fez. A prioridade ao tema nº 5 da Conferência, Intervenção do Comunismo Internacional nas Repúblicas Americanas foi votada e aprovada por 15 votos contra 4 e uma abstenção (Boersner, 1996; Baptista, 2013).

No dia 8 de março iniciaram os debates acerca da proposta norte-americana. Com exceção da Guatemala, todos os discursos dos países parti-

cipantes condenaram o comunismo internacional. O que estava em jogo, sobretudo, eram os “danos que uma possível revisão do princípio de não intervenção poderia causar à democracia e às liberdades individuais no continente” (Baptista, 2013, p. 100). A posição dos países, assim, diversificara-se. Cuba e Paraguai afirmavam que o momento era crítico. A delegação paraguaia requeria que “o comunismo fosse considerado uma violação do princípio de não intervenção” (Baptista, 2013, p. 101). O país invertia, portanto, a lógica desse princípio. A doutrina da não intervenção servia justamente para impedir que um país interferisse nos assuntos internos de outro. Dessa forma, o Paraguai reforçava a ideia de que a luta contra o comunismo legitimava intervenções externas - alinhando-se ao discurso norte-americano. No dia seguinte, 9 de março, em meio ao discurso do Chanceler da República Dominicana - esta mergulhada na ditadura de Rafael Trujillo, Guilherme Toriello, chanceler da Guatemala, saiu às pressas da sala e replicou, segundo o jornal *Correio da Manhã*:

tenho coisas mais importantes que fazer do que ficar ouvindo alguém a dizer estupidezes em nome da democracia, quando é sabido que esse homem representa a um governo perito na violação de direitos humanos (Caracas, 1954)¹⁴.

Bolívia, Uruguai e México foram contra a proposta. O governo mexicano acusava que “o princípio de não-intervenção não deveria ser violado “nem em caso de se chegar a acusar de comunista um governo que foi estabelecido pela vontade livre” (Baptista, 2013, p. 101). O Brasil, por sua vez, contribuía com a nação amiga, sem, contudo, deixar de lado a barganha do fortalecimento econômico como arma contra o comunismo, já pontuando os seus interesses: “sem elevação do nível de vida do homem à altura da dignidade humana estaríamos sempre ameaçados pelas forças internacionais subversivas” (Baptista, 2013, p. 102).

É interessante observar os apontamentos de Hermes Lima, líder do Partido Socialista no Congresso Brasileiro, em carta endereçada a Getúlio Vargas, sobre as atividades da Conferência:

Minha impressão é que os Estados Unidos encontraram na Delegação do Brasil apoio particularmente precioso (...) Penso que Dulles chegou com a impressão de que a coisa era muito fácil. (...) É possível que esse primeiro contato dos republicanos, depois de estarem por cerca de 20 anos fora do governo dos Estados Unidos, com os países americanos reunidos em Conferência, lhes tenha mostrado que a América Latina é hoje menos panorama e mais substância, menos conformismo e mais reivindicação do que no tempo em que, antes de Eisenhower, se encontravam na Casa Branca (Rio de Janeiro, 1954)¹⁵.

As reivindicações dos líderes latino-americanos foram ouvidas e, para conseguir os votos favoráveis à aprovação das medidas norte-americanas, John Foster Dulles “coagiu e fez promessas” (Baptista, 2013, p. 103). Para a maioria dos países, Washington ofereceu apoio contra barreiras protecionistas no Congresso, bem como garantiu o aumento de créditos via Export-Import Bank (EXIMBANK). O Brasil, por sua vez, foi contemplado com uma declaração pública favorável à política de valorização do café, além da promessa de sediar no Rio de Janeiro uma reunião extraordinária do Conselho Social e Econômico da OEA, destinada a discutir eventuais auxílios financeiros para a região (Gleijeses, 1991).

Os Estados Unidos se apresentaram com o flanco descoberto inteiramente e desejando, a todo custo, obter um clima de solidariedade pan-americana (...). O Ráo, com a esperteza que o caracteriza, aproveitou a oportunidade e empurrou logo o problema do café, obtendo uma declaração favorável do Foster Dulles (Caracas, 1954)¹⁶.

Apenas México e Argentina abstiveram-se sobre a resolução apresentada pelos Estados Unidos, e a Guatemala foi o único voto contra. Os 17 países Brasil, Equador, Paraguai, Cuba, El Salvador, Panamá, Uruguai, Chile, Estados Unidos, República Dominicana, Nicarágua, Peru, Honduras, Colômbia,

Haiti, Venezuela e Bolívia, votaram a favor da resolução (Baptista, 2013; Boersner, 1996).

A Resolução XCIII, “Declaração de Solidariedade pela Preservação da Integridade Política dos Estados Americanos contra a Intervenção do Comunismo Internacional”, impunha, portanto, o domínio ou controle de instituições políticas por parte do movimento internacional comunista como ameaça à soberania e independência política dos Estados americanos (Ávila, 2022).

O Jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro noticiava, no domingo, 28 de março, as votações finais em Caracas. A denominação de Declaração de Caracas, como ficou conhecida a resolução, surgiu, inclusive, da proposta brasileira de Vicente Ráo: “(...) depois de ligeira discussão, o título “Declaração de Caracas”, proposto pelo Brasil, foi aprovado por aclamação” (Rio de Janeiro, 1954)¹⁷.

O Jornal do Brasil, no dia 26 de março, transmitia a opinião de Vicente Ráo:

os partidos comunistas que operam nas Américas, filiados e obedientes às diretrizes de Moscou, devem convencer-se de que, depois da proposta norte-americana, a grande maioria já não tem nas nações americanas campo propício para implantação do regime soviético e para a destruição das soberanias nacionais. As nações continentais reprimirão qualquer movimento nesse sentido (Rio de Janeiro, 1954)¹⁸.

A Declaração de Caracas postulava que seria necessário unir os esforços de todos os Estados americanos para “(...) alcançar, em curto prazo, a efetiva realização do sistema democrático representativo, o regime de justiça e segurança social, e a cooperação econômica e cultural essencial ao bem-estar e prosperidade mútuos dos povos do Continente” (Caracas, 1954, tradução nossa). Além disso, em relação a pauta comunista, recomendava-se

1. Medidas para exigir a divulgação da identidade, atividades e fontes de financiamento daqueles que estão espalhando propaganda do movimento comunista internacional ou que viajam em benefício desse movimento, e daqueles que atuam como seus agentes ou em seu nome; e
2. O intercâmbio de informações entre governos para auxiliar no cumprimento do propósito das resoluções adotadas pelas Conferências Interamericanas e Reuniões de Ministros das Relações Exteriores sobre o comunismo internacional (Caracas, 1954)¹⁹.

Estas recomendações deram bases à intervenção e reiteraram, de certa forma, os princípios preconizados já na Doutrina Monroe: a Declaração de Caracas seria um corolário à Doutrina Monroe (Ávila, 2022; Baptista, 2013). Contudo, a resolução não obteve a esperada unanimidade que os Estados Unidos requeriam, já que os governos evita-

ram nominalmente a condenação do governo Arbenz. Para isso, seria necessário finalizar a Operação *PBSUCCESS* e organizar a convocação de uma Reunião Especial de Consulta na OEA²⁰.

Para garantir que a operação fosse efetiva, era imperioso bloquear o carregamento de armas e munições. Isso já estava, contudo, aparentemente resolvido: desde 1949, os Estados Unidos articularam, junto aos seus aliados da Europa Ocidental, um embargo de armas à Guatemala, oficialmente justificado pela necessidade de evitar que material bélico fosse utilizado em desestabilizações políticas na região. Na prática, tratava-se de uma medida de contenção voltada a enfraquecer militarmente o governo de Arbenz e, ao mesmo tempo, fomentar divisões internas no Exército, cada vez mais descontente com a incapacidade de modernizar suas forças. Bandeira (2009) reforça que o

Exército só dispunha de 12 canhões antiaéreos de 75 milímetros, com projéteis armazenados havia cinco anos, e a força aérea estava reduzida a algumas unidades antiquadas, com pelo menos 15 anos de uso, o que tornava praticamente impossível a defesa do território nacional contra qualquer ataque externo (p. 180).

O embargo impedia a circulação de armas e munições e reduzia drasticamente a capacidade de resistência guatemalteca a qualquer eventual intervenção externa. Ainda em abril de 1954, o De-

partamento de Estado de Washington remeteu um telegrama para diversas embaixadas norte-americanas na Europa Ocidental, demonstrando a preocupação com a possibilidade destas driblarem o embargo. Solicitava “(...) medidas a serem tomadas prontamente (como alertar as autoridades portuárias) para reforçar os controles de exportação e trânsito de armas, a fim de eliminar a possibilidade de remessas clandestinas ou ocultas” (Washington, 1954)²¹.

Nas reuniões especiais de consulta dos Ministros das Relações Exteriores discutiam-se questões consideradas urgentes e de interesse comum, como pautas de segurança coletiva, solidariedade hemisférica e não-intervenção (Ávila, 2022). A previsão era de que a reunião se realizasse na data de 7 de julho. O tempo era curto e a tarefa não seria fácil. Os Estados Unidos precisariam de 14 votos para as sanções contra a Guatemala surtirem efeito, ou seja, 2/3 na Reunião de Consulta. Além disso, a quebra do princípio de não-intervenção seria um desafio, mas, apesar disso, mais uma vez, o Brasil reuniria os esforços da gestão diplomática para este feito (Bandeira, 2009).

Nesse sentido, no dia 11 de maio, João Carlos Muniz, Embaixador brasileiro em Washington, reuniu-se com John Dulles e Henry Holland, Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, no Departamento de Estado. Dulles alertava para a urgência de uma ação conjunta sobre o pro-

blema guatemalteco, afirmando que não queria “(...) invocar o procedimento consultivo sem antes consultar plenamente o Governo brasileiro” (Washington, 1954). Muniz aceitou, de bom grado, auxiliar nas discussões preparatórias da Reunião de Consulta na OEA e solicitou uma declaração de evidências sobre o assunto. Holland rebateu que seria muito difícil “(...) produzir evidências que vinculem claramente o Governo da Guatemala a Moscou” (Washington, 1954)²². As dificuldades cairiam por terra, contudo, no dia 15 de maio, quando os esforços do Departamento de Estado fracassaram em interceptar o carregamento de armas para a Guatemala.

A chegada do cargueiro sueco *S.S Alfhem* à cidade Puerto Barrios foi uma virada de chave nos ânimos interamericanos²³. Do outro lado do hemisfério, contudo,

o carregamento de armas tchecas era amplamente compreendido como necessário para reequipar o Exército, depois que os Estados Unidos forneceram armas às ditaduras da Nicarágua e de Honduras e embargaram as entregas à Guatemala por quatro anos (Friedman, 2010, p. 672).

Mesmo assim, as 2.000 toneladas de armas advindas da Tchecoslováquia foram o pretexto que os Estados Unidos encontraram para condenar a contaminação comunista no ocidente. “Segundo

os homens de Washington, o objetivo do carregamento seria armar milícias operárias e camponesas que, sob o comando de elementos marxistas, estabeleceriam uma ditadura revolucionária no país” (Boersner, 1996, p. 153).

O alarme se alastrou, e o país do istmo ficaria progressivamente mais isolado à medida em que outros Estados latino-americanos se posicionavam a favor dos argumentos norte-americanos. Em um curto espaço de tempo, países que até então eram indiferentes à questão guatemalteca reagiram negativamente, romperam relações diplomáticas e expulsaram representantes guatemaltecos de seus territórios: a ideia era de que, apoiados pelas armas da URSS, a ameaça comunista poderia colocar em risco o hemisfério, o Canal do Panamá e até mesmo instituir uma nova Coreia na América, segundo jornalistas (Perutka, 2013).

De tempos em tempos, em todo o mundo, surgem testes frontais de força entre a força das nações livres e a da organização comunista. Um deles ocorreu na Coreia. Outro está em andamento na Indochina. Um choque menos divulgado está agora atingindo seu ápice na Guatemala (Washington, 1954)²⁴.

Neste momento, a Guatemala dirigia-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao Comitê Interamericano de Paz da OEA para denunciar ameaças de invasão de Nicarágua e Honduras.

“A Comissão de Paz decidiu continuar investigando o assunto, e o Conselho de Segurança decidiu, por cinco votos a quatro, que os recursos regionais deveriam ser esgotados antes de considerar a queixa guatemalteca perante a organização mundial” (Boersner, 1996, p. 193, tradução nossa).

Para Bandeira (2009) a questão com a Tchecoslováquia

deu aos Estados Unidos o pretexto que eles buscavam, na guerra psicológica, para divorciar completamente a questão da United Fruit da intervenção militar na Guatemala, quer sob o manto da OEA, quer como *covert action* organizada pela CIA (p. 181).

Embora o chanceler guatemalteco Guilherme Toriello tenha sustentado que “a compra havia sido feita na Tchecoslováquia, e não na URSS ou na Polônia” (Baptista, 2013, p. 108), era tempo de agir. Eisenhower tratou de agilizar as tratativas da Reunião de Consulta que se realizaria em Montevideu, utilizando como argumento invocar, assim como o fez na X Conferência em Caracas, o Artigo 6º do TIAR. Para alguns diplomatas, isto não seria o suficiente e poderia até mesmo provocar o efeito reverso no país. Além do mais, a Guatemala não havia praticado agressão externa para que o mecanismo do TIAR fosse ativado. Carlos Calero Rodrigues, diplomata brasileiro, alertava: “(...) que efeito terá, na Guatemala, uma reunião desse tipo?

Enfraquecerá os elementos comunistas ou, pelo contrário, servirá para fortalecê-los?” (AHMRE-BR, 1954 *apud* Baptista, 2013, p. 109).

O Brasil adotava, portanto, uma postura mais cautelosa, defendendo que qualquer iniciativa diplomática só deveria começar após a redação conjunta de um texto de resolução com os Estados Unidos. Washington, por sua vez, pressionava pela rapidez, dada a urgência em mobilizar apoio contra a Guatemala. Às pressas, o Departamento de Estado encaminhou às suas embaixadas uma minuta de resolução para ser apresentada aos governos locais, contendo medidas de inspeção de navios e aeronaves para evitar a entrada de armas e agentes comunistas, a criação de uma comissão de coordenação e o intercâmbio de informações sobre infiltrações comunistas (Ávila, 2022).

Essa minuta, que não continha a autorização brasileira de Vicente Ráo, causou mal-estar entre a delegação. O brasileiro Henrique de Souza Gomes, sem tomar conhecimento dos fatos, percorreu a região para articular apoio: no Uruguai, soube que os norte-americanos já haviam adiantado contatos sobre a reunião; no Chile, encontrou disposição em participar, mas também ressalvas sobre o bloqueio por mar e terra; e na Argentina, Perón concordava em enviar representantes, embora relutasse quanto ao local escolhido, Montevideu, devido ao ambiente hostil da imprensa e à presença de exilados argentinos. Vicente Ráo criti-

cou a alteração do texto original: mesmo já aprovado por nove governos, em sua maioria caribenhos, o Ministro argumentava que era necessário, antes, debater as reservas apresentadas pelo Uruguai, Chile e Argentina. Dulles, entretanto, insistia que sem essa aprovação prévia a reunião em Montevideu fracassaria. Para contornar o impasse, os norte-americanos enviaram Walter J. Donnelly, ex-embaixador no Brasil, para negociar diretamente com Ráo (Baptista, 2013).

Passado o episódio e resolvida a proposta, o texto final não foi discutido e a Reunião de Consulta nem se realizara: adentravam, na Guatemala, no dia 18 de junho, Carlos Castillo Armas e seu exército. Estava posta a fase beligerante da Operação *PBSUCCESS*. Após cruzarem a fronteira com Honduras e avançarem 10 quilômetros dentro da Guatemala, o Exército de Libertação Nacional, assim autointitulado, ficara à espreita.

O governo de Jacobo Arbenz buscou apoio internacional diante da intervenção, recorrendo inicialmente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Guatemala contou com o apoio do governo francês, representado pelo embaixador Henri Hoppenot, que inclinava-se para o reconhecimento da causa guatemalteca e solicitava imediato cessar-fogo (Baptista, 2013). Contudo, sob liderança do embaixador Henry Cabot Lodge, os Estados Unidos conseguiram neutralizar a denúncia com apoio de Brasil e Colômbia, defendendo que a

questão deveria ser tratada pela OEA, em conformidade com sua Carta Constitutiva (Bandeira, 2009). Denota-se que “o sistema interamericano reivindicava certa autonomia para tentar resolver as controvérsias entre os Estados membros e, em certo sentido, evitar a remissão dessas controvérsias ao foro mundial – isto é, ao Conselho de Segurança da ONU” (Ávila, 2022, p. 13).

Assim, Arbenz e Toriello intensificaram o requerimento das sanções internacionais, denunciando ataques vindos de Honduras e Nicarágua e acionando, aqui, a Comissão Interamericana de Paz. No entanto, a correlação de forças se mostrou desfavorável: ainda que França e Reino Unido expressassem reservas, a União Soviética vetou a proposta de resolução no Conselho, alegando que a OEA estava dominada por Washington. Os delegados soviéticos requeriam novamente uma reunião no Conselho de Segurança, com o objetivo de enviar observadores à América Central.

Tal movimento contrariava os interesses norte-americanos e brasileiros, que insistiam no tratamento do problema no âmbito regional, pela OEA e segundo o TIAR. A delegação brasileira, sob instruções de Vicente Ráo, reforçou o argumento de que a OEA era a instância legítima para conduzir a questão. Segundo ele, “se saísse vitoriosa no Conselho de Segurança, a “Guatemala derrotaria os Estados Unidos, a OEA e o Brasil” (Baptista, 2013, p. 118). Para impedir que a iniciativa soviéti-

ca fosse votada em primeiro lugar e adquirisse prioridade, o embaixador brasileiro Hugo Gouthier lançou mão de um recurso regimental: a moção de “não adoção da ordem do dia”. Na votação, Brasil, Estados Unidos, Colômbia, Turquia e China votaram contra a queixa, em contraponto, URSS, Dinamarca, Líbano e Nova Zelândia a favor e, Reino Unido e França se abstiveram (Baptista, 2013).

Na prática, a Guatemala ficou isolada. Apesar de tentativas de inserir emendas que pediam cessar-fogo imediato, como a iniciativa francesa, prevaleceu uma resolução mais branda que apelava pelo fim das hostilidades sem, contudo, reconhecer as agressões. Paralelamente, mediante ao pedido de Allen Dulles, diretor da *CIA*, para fornecer mais aviões *P-47 Thunderbolt* à Força Aérea da Nicarágua, no dia 25 de junho os bombardeios atingiram a capital Guatemala City (Bandeira, 2009):

(...) os combates armados foram precedidos de sete incursões aéreas que despejaram propaganda antigovernamental, armas e munições para insurgentes e, finalmente, bombas incendiárias. Ações de guerra psicológica, desestabilização econômica e um virtual bloqueio naval também estavam em funcionamento. (Ávila, 2022, p. 11)

Arbenz convocou as lideranças políticas e anunciou sua decisão de armar a população para organizar a resistência. No entanto, a cúpula mili-

tar, receosa de perder espaço para milícias populares, recusou-se a proceder com a distribuição de armas: o presidente já havia perdido a integridade entre o oficialato do Exército (Baptista, 2013). Assim, diante do desgaste político e da pressão interna, no dia 27 de junho, Arbenz renunciava: “(...) *¿En nombre de que hacen estas barbaridades? ¿Cuál es su bandera? Todos la conocemos también. Han tomado pretexto al comunismo*” (Guatemala, 1954)²⁵. O presidente transferiu provisoriamente o poder para o coronel Carlos Enríque Díaz, logo substituído por Elfege Monzón, até que Carlos Castillo Armas, o coronel apoiado pela *CIA*, assumisse o controle.

Mesmo com protestos em diversos países latino-americanos contra a invasão, a convocação da Reunião de Consulta da OEA avançou, tornando-se uma espécie de teste da capacidade de coesão hemisférica americana frente ao comunismo (Baptista, 2013). É digna de nota a dissonância apresentada por Carlos da Silveira Martins Ramos, que já havia passado pela embaixada do Brasil na Guatemala e, no ano de 1954, era Embaixador em Quito:

À Guatemala minha integral simpatia e os mais ardentes votos pelo triunfo da causa da liberdade, da democracia, e da dignidade continental da Guatemala, em sua luta titânica contra as forças da tirania e do imperialismo, simboliza magnificamente. Fraternal saudação ao alti-

vo povo e ao Governo guatemalense (Quito, 1954)²⁶.

Ainda assim, a esmagadora maioria do governo Vargas seguia com o pulso firme para que a Reunião de Consulta se realizasse, tendo como sede o Rio de Janeiro. Após a queda de Arbenz, contudo, não haveria motivos para dar prosseguimento à reunião, em vista da “orientação francamente anticomunista da Junta” (Rio de Janeiro, 1954)²⁷.

Com Carlos Castillo Armas no poder, instaurou-se uma ditadura militar caracterizada pela repressão, perseguição a comunistas e simpatizantes do governo deposto, além da revogação das principais reformas sociais e econômicas, sobretudo a Reforma Agrária. O *Partido Guatemalteco del Trabajo (PGT)* foi declarado ilegal, sindicatos foram dissolvidos e milhares de camponeses perderam o acesso às terras que haviam conquistado por meio dos Comitês Agrários Locais (Gleijeses, 1989).

Assim, abriu-se um período de instabilidade e de sem retorno à democracia. Com a morte de Castillo Armas em 1957, o poder permaneceu em mãos de militares ou civis ligados às Forças Armadas, consolidando uma contrarrevolução permanente. Esse processo desembocou, em 1960, no início da Guerra Civil Guatemalteca (1960–1996), um dos conflitos mais longos e sangrentos da América Latina, no qual sucessivas ditaduras militares combateram movimentos guerrilheiros de inspiração marxista, empregando políticas de con-

trainsurgência que resultaram em massacres, genocídio indígena e graves violações de direitos humanos. O golpe de 1954, portanto, não apenas encerrou os dez anos de primavera democrática, mas abriu caminho para mais de três décadas de ditaduras militares e guerra interna, vinculadas ao contexto da Guerra Fria e à estratégia de segurança continental dos Estados Unidos (Grandin, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atuação diplomática brasileira diante do golpe de 1954 na Guatemala permitiu compreender que o Brasil buscou reafirmar sua posição hemisférica por meio de uma política externa de alinhamento preferencial com os Estados Unidos, ainda que com nuances de pragmatismo político e barganhas econômicas. A diplomacia do Segundo Governo Vargas envolveu a coordenação de esforços para a Reunião de Consulta, atuação ativa no Conselho de Segurança da ONU e vigilância no âmbito da Comissão Interamericana de Paz, em consonância ativa com Washington.

Isto alinha-se, além, com a política doméstica brasileira. Conforme supracitado, a reforma ministerial de 1953, ao abrir espaço para a UDN no Ministério das Relações Exteriores, fortaleceu um viés conservador e monroísta na condução da política externa, sobretudo sob a liderança de Vicente Ráo (Ávila, 2022). Tal orientação consolidou o

apoio brasileiro à narrativa estadunidense de combate ao comunismo, em consonância com a tradição pan-americanista.

A Operação *PBSUCCESS* inaugurou um ciclo de desestabilizações na América Latina, legitimadas pelo discurso da segurança hemisférica e da doutrina da segurança nacional (Bandeira, 2009; Pettinà, 2018). Para o Brasil, como observou Baptista (2013), a queda de Arbenz simbolizava não apenas a neutralização da dita ameaça comunista, mas também a manutenção do sistema interamericano como espaço de legitimação do predomínio norte-americano. Ao mesmo tempo, a postura brasileira em relação ao golpe revelou a persistência do mito de uma “amizade especial” com os Estados Unidos, cultivada desde a Segunda Guerra Mundial (Baptista, 2013).

Conclui-se, assim, que o golpe na Guatemala evidenciou, em meio à Guerra Fria, os distintos esforços dos atores inter-americanos em salvar seus interesses. O Brasil desempenhou um papel de coadjuvante ativo na consolidação da hegemonia estadunidense no hemisfério, de forma a aceitar os custos de legitimar a intervenção sob o pretexto do combate ao comunismo. Como observa Grandin (2004), a partir de 1954 as ações políticas na região passaram a ser demarcadas pelas prioridades da Guerra Fria, e a atuação brasileira no episódio de Arbenz não apenas corroborou essa lógica, como também antecipou as próprias in-

flexões autoritárias que o país viria a vivenciar 10 anos depois, com o golpe de 1964.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Carlos F. D. Vargas, Eisenhower e a questão guatemalteca, 1954: uma análise de política externa. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 4, p. 1–34, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/9Q593mjWS9Jqxy484NxgfdC/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 2ª ed.

BAPTISTA, R. A participação do governo Getúlio Vargas (1951-1954) na deposição de Jacobo Árbenz e o fim da aliança estratégica entre Brasil e Estados Unidos. **Revista de História de América**, v. 149, n. 2, p. 79–126, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=701878370006>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Orgs.). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BOERSNER, Demetrio. **Relaciones internacionales de América Latina: Breve história**. Editora Nueva Sociedad, 5ª ed., 1996.

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2001.

CULLATHER, Nicholas. **Secret history: the CIA's classified account of its operations in Guatemala, 1952–1954**. Stanford: Stanford University Press, 1994

FRIEDMAN, Max. **Significados transnacionales del golpe de estado de 1954 en Guatemala: un suceso de la Guerra Fría internacional**. In: GARCÍA, Roberto (coord.). *Guatemala y la Guerra Fría en América Latina, 1947–1977*. Guatemala: CEUR, 2010.

GLEIJESES, Piero. La aldea de Ubico: Guatemala, 1931-1944. Guatemala, **Mesoamérica**, Vol. 10, Nº. 17, 1989. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3734621.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2025.

GLEIJESES, Piero. **Shattered hope: the Guatemalan Revolution and the United States, 1944–1954**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

HIRST, Mônica. **O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 1990. Texto (coleção CPDOC). Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/>

[a210a3c7-26c7-4fc7-a855-334376f21ee3](#). Acesso em: 20 jun. 2025.

KINZER, Stephen; SCHLESINGER, Stephen. **Bitter Fruit: The Untold Story of the American Coup in Guatemala**. Nova York: Editora Doubleday, 1982.

IMMERMAN, Richard H. **The CIA in Guatemala: the foreign policy of intervention**. Austin: University of Texas Press, 1982.

MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: história e historiografia**. Curitiba: Appris, 2020.

PERUTKA, Lukáš. Arms for Arbenz: Czechoslovakia's Involvement in the Cold War in Latin America. **CEJISS – Central European Journal of International & Security Studies**, v. 7, n. 3, 2013. Disponível em: https://cejiss.org/images/issue_articles/2013-volume-7-issue-3/article-05.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

PETTINÀ, Vanni. **Guerra Fría en América Latina**. México: El Colegio de México, 2018.

TARACENA, Arturo Arriola. VÉLIZ, Rodrigo Estrada. **Rebeliones sin masas**. Guatemala: Catafixia Editorial, 2024.

TORRES-RIVAS, Edelberto. **América Central, 1930-C. 1990** in História da América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas. Organização Leslie Bethell. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

TORRES-RIVAS, Edelberto. A oligarquia e a crise do estado na América Central in SORJ, B., CARDOSO, FH., e FONT, M., orgs. **Economia e movimentos sociais na América Latina [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 260-290. ISBN 978-85-99662-59-5. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rjfv9/pdf/sorj-9788599662595-13.pdf>. Acesso em: 4 mai. 2025.

NOTAS

¹No final de 1954, haviam onze ditaduras na América Latina: Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Cuba, República Dominicana, Venezuela, Colômbia, Peru e Paraguai (Bethell; Roxborough, 1996).

²Sobre as dinâmicas inter-americanas durante a Guerra Fria, ver Moulton, Aaron. *Building their own Cold War in their own backyard: the transnational, international conflicts in the greater Caribbean basin, 1944–1954*. *Cold War History*, 15 (2): 135-154, 2015. Disponível em: <https://>

www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14682745.2014.995172.

³O governo Ubico representou o ápice da ortodoxia autoritária na América Central, ao mesmo tempo em que revelou o profundo alinhamento entre os interesses da oligarquia nacional e os do capital estrangeiro - assim como em boa parte dos países centro-americanos. Com uma administração marcada pela centralização extrema, pela perseguição política, pela eliminação do sindicalismo e pela submissão das populações indígenas a formas de trabalho compulsório, Ubico garantiu estabilidade para os interesses norte-americanos, ainda que à custa da democracia e da justiça social (Gleijeses, 1989).

⁴Guatemala, *Congreso de la República. Decreto n. 900, de 17 de junio de 1952. Ley de Reforma Agraria*. Congreso da República da Guatemala. Disponível em: https://www.congreso.gob.gt/assets/uploads/info_legislativo/decretos/1952/gtdcx900.pdf. Acesso em: 9 jun. 2025.

⁵A expressão “feudal” utilizada aqui refere-se à estrutura agrária extremamente desigual e arcaica que dominava o país até 1954. A base econômica era o latifúndio, concentrado nas mãos de poucos proprietários nacionais e, sobretudo, de empresas estrangeiras, como a *United Fruit Company*

(*UFCO*). A maioria da população, em sua grande parte indígena, estava submetida a relações de trabalho coercitivas e de servidão disfarçada, muito semelhantes ao feudalismo europeu. A oligarquia fundiária controlava não só a terra, mas também a força de trabalho, de forma a impor um modelo de dependência, violência cotidiana e ausência de direitos trabalhistas básicos. Foi exatamente esse cenário que Arbenz buscou transformar com a Reforma Agrária de 1952 (Torres-Rivas, 2008).

⁶Cabe ressaltar que os interesses norte-americanos na Guatemala já eram sinalizados desde fins do século XIX. É o exemplo do ditador Manuel José Estrada Cabrera (1857-1924), que governou o país de forma ilegítima de 1898 a 1920, nutriu boas relações com os Estados Unidos, e abriu espaço para a sobrepujança econômica, política e social norte-americana, já observada em outros países da América Central, seja em forma de intervenções militares, ou em investimentos na agricultura, nas ferrovias e nos portos (Torres-Rivas, 2015).

⁷A primeira tentativa de derrubar Jacobo Arbenz ocorreu ainda em 1952, quando a *CIA* elaborou a Operação *PBFORTUNE*, autorizada pelo presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. O plano previa o fornecimento de armas e recursos ao coronel exilado Carlos Castillo Armas, com apoio logístico

de regimes aliados como os de Anastasio Somoza, na Nicarágua, e Rafael Leónidas Trujillo, na República Dominicana. Entretanto, a conspiração sofreu a intervenção do Departamento de Estado, onde o Secretário de Estado Dean Acheson recomendou a suspensão, baseada na política de não intervenção já preconizada durante a Política da Boa Vizinhança de Franklin D. Roosevelt. Embora fracassada, a Operação *PBFORTUNE* serviu como ensaio e forneceu à CIA as devidas experiência logística e os contatos necessários para a posterior Operação *PBSUCCESS*, executada com êxito sob o governo Eisenhower em 1954 (Gleijeses, 1991; Immerman, 1982; Kinzer; Schlesinger, 1982).

⁸*Foreign Relations of United States, 1948, The Western Hemisphere, Volume IX*. Organização dos Estados Americanos. *Final act of the Ninth International Conference of American States*. Bogotá, 1948. *Resolution XXXII – The preservation and defense of democracy in America*. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1948v09/d161>. Acesso em: 11 jun. 2025.

⁹Discurso presente na carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Correspondência. Rio de Janeiro, 16 mar.–27 abr. 1951. Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1951.03.16/1. Disponível em: <https://>

docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV4&&pagfis=1105. Acesso em: 11 jun. 2025.

¹⁰*Organización de los Estados Americanos, Consejo Permanente. Reuniones de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores. Acta de la Cuarta Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores*. Washington, D.C., 1951. Disponível em: <https://www.oas.org/council/sp/RC/RCactas.asp>. Acesso em: 11 jun. 2025.

¹¹Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), firmado em Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1947. Disponível em: <https://www.oas.org/juridico/spanish/Tratados/b-29.html>. Acesso em: 9 jun. 2025.

¹²Discursos: janeiro-junho 1952, Agência Nacional, Ministério da Justiça e Negócios Interiores. 1952, p. 12. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/10006/1/Discursos%20Getulio%20Vargas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

¹³Vicente Ráo foi o responsável pela elaboração da Lei de Segurança Nacional de 1935, que punia jornais, rádios e oficiais das Forças Armadas por condutas consideradas subversivas, além de ter determinado o fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) após o fracasso do levante comunista

em novembro daquele ano, intensificando a repressão a opositores. Sob sua orientação, criou-se legislação repressiva e, em 1936, a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, que prendeu políticos, jornalistas e educadores considerados subversivos. Ráo deixou o ministério em janeiro de 1937 e, após o início do Estado Novo, sofreu perseguições políticas, sendo demitido da USP em 1939, retornando apenas em 1941. Retomou a vida pública no segundo governo Vargas, assumindo o Ministério das Relações Exteriores em 1953, onde chefiou a delegação brasileira na X Conferência Interamericana em Caracas, na Venezuela. Permaneceu no cargo até a morte de Vargas, em 24 de agosto de 1954. Faleceu em São Paulo no dia 19 de janeiro de 1978 (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/biografias/vicente-rao>. Acesso em: 10 jun. 2025)

¹⁴Favoráveis à Proposta de Foster Dulles. Correio da Manhã (RJ), 10 de março de 1954. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=guatemala&pagfis=34672. Acesso em: 15 jun. 2025.

¹⁵Trecho da carta de Hermes Lima a Getúlio Vargas, 20 de maio de 1954. Centro de Pesquisa e Do-

cumentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Correspondência. Rio de Janeiro, 03-25 mar. 1954. Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1954.03.03/4 Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV4&pagfis=15164>. Acesso em: 15 jun. 2025.

¹⁶Trecho da carta de José Soares Maciel Filho a Getúlio Vargas, 04 de março de 1954. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Correspondência. Rio de Janeiro, 03-25 mar. 1954. Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1954.03.03/4 Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV4&id=1718209878809&pagfis=15154>. Acesso em: 15 jun. 2025.

¹⁷Diário de Caracas. Correio da Manhã (RJ), 28 de março de 1954. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=guatemala&pagfis=35138. Acesso em: 15 jun. 2025.

¹⁸Jornal do Brasil, 26 de março de 1954. Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_07&pasta=ano%20195&pesq=guatemala&pagfis=35138.

20195&pesq=&pagfis=38844. Acesso em: 18 jun. 2025.

¹⁹Tenth Inter-American Conference. Caracas, Venezuela, March 1-28, 1954. Resolutions. The American Society of International Law; Cambridge University Press; Cambridge University Press (CUP); JSTOR; American Society of International Law (ISSN 0002-9300), The American Journal of International Law, #3, 48, pages 123-132, 1954 jul. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/abs/xcii-declaration-of-solidarity-for-the-preservation-of-the-political-integrity-of-the-american-states-against-the-intervention-of-international-com-munism/39CADF83CDF00FD6BB49AFDC5FF8CEF7>. Acesso em: 18 jun. 2025.

²⁰Preconizada no Capítulo X da Carta da OEA, Bogotá, 1948.

²¹UNITED STATES. Department of State. Foreign Relations of the United States, 1952-1954, Volume IV: The American Republics. Washington: U.S. Government Printing Office, 1983. Telegram from the Department of State to Certain Diplomatic Missions in Western Europe, April 1954. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v04/d431>. Acesso em: 20 jun. 2025.

²²UNITED STATES. Department of State. Foreign Relations of the United States, 1952-1954, Volume IV: The American Republics. Washington: U.S. Government Printing Office, 1983. Memorandum of Conversation, by the Secretary of State, May 1954. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v04/d437>. Acesso em: 20 jun. 2025.

²³Embora comercialmente a Guatemala mantivesse relações com a Tchecoslováquia desde o período entre-guerras, foi no governo Arbenz que esse comércio se intensificou (Perutka, 2013)

²⁴UNITED STATES. Department of State. Foreign Relations of the United States, 1952-1954, Volume IV: The American Republics. Washington: U.S. Government Printing Office, 1983. Memorandum by the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Holland) to the Secretary of State, May 1954. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v04/d438>. Acesso em: 20 jun. 2025.

²⁵Transcrição de áudio do discurso feito por Jacobo Arbenz e transmitido pela rádio TGW *La voz de Guatemala*. Disponível em: <https://www.historiagt.org/transcripciones/item/107-discursoarbenz>. Acesso em: 22 jun. 2025.

²⁶Trecho da cópia para o Presidente da República acerca do telegrama de Carlos da Silveira Martins Ramos, enviado de Quito, 19 de junho de 1954. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Correspondência. Rio de Janeiro, 22-28 jun. 1954. Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1954.06.22/6 Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV4&hf=www18.fgv.br&pagfis=16501>. Acesso em: 22 jun. 2025.

²⁷Trecho da nota de Vicente Ráo a Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV). Correspondência. Rio de Janeiro, 22-28 jun. 1954. Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1954.06.22/6 Disponível em: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CorrespGV4&hf=www18.fgv.br&pagfis=16519>. Acesso em: 23 jun. 2025.